



005ª Audiência Pública 27MAR2025



Pauta: Debater o [PLE nº 033/24](#).

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (18h04min) Boa noite, senhores, boa noite, senhoras; estamos dando início a mais uma audiência pública, desta vez com a pauta (Lê.):

Audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Executivo nº 033/24, que altera o artigo 1º, o *caput* do artigo 7º e o artigo 12 da Lei nº 12.952, de 7 de janeiro de 2022, que autoriza a aquisição de vagas na educação infantil – etapa creche, junto a instituições e escolas privadas de ensino de educação infantil com fins lucrativos, para crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica, autorizando a aquisição de vagas em todas as etapas da educação infantil junto às instituições e escolas privadas de educação infantil com fins lucrativos, para crianças em situação de vulnerabilidade social e atualiza as leis orçamentárias.

O projeto, que é de 2024, foi reeditado e ele está aqui para ser votado. Como houve o pedido de audiência pública por parte do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, o Simpa, nós estamos realizando esta audiência pública na noite de hoje. Quero informar que a audiência está sendo transmitida pelo YouTube da TVCâmara Porto Alegre, pelo canal aberto 1.3 da TV aberta digital e também pelo 516 da NET Claro. Ainda o nosso setor de taquigrafia terá todas as notas desta audiência pública, que acontecerá da seguinte forma: primeiro, vai falar o Executivo, através da Secretaria de Educação, para explicar o projeto, terá 15 minutos para tanto; depois, 15 minutos fala o órgão que solicitou a audiência pública, no caso, o Simpa, esse tempo de 15 minutos poderá ser dividido entre uma, duas pessoas ou três pessoas, se assim entenderem tanto o Executivo quanto o Simpa; e, logo em seguida, serão abertas as inscrições, aliás, as inscrições vão ser abertas logo em seguida. Logo em seguida, nós chamaremos a sociedade civil para se manifestar. De que forma? São dez manifestações, cinco manifestações que estão de acordo como o projeto está, e cinco manifestações contrárias ao projeto. Em seguida, será aberto o *chat*, local em



que as pessoas deverão se inscrever, as que desejam falar. É necessário colocar o nome completo e dizer “sou a favor” ou “sou contra” o projeto. Repetindo: para inscrições para a sociedade civil falar, é necessário, tão logo abra-se o *chat*, que as pessoas se inscrevam, colocando o seu nome completo e dizendo se são a favor ou contra o projeto. Serão cinco pessoas a favor, cinco contra, alternadamente, bem como todos os vereadores terão lugar de fala.

Dito isso, eu vou pedir para o diretor legislativo que possa abrir o *chat*, para que a gente já comece a organizar a ordem de fala, e a sociedade civil tenha cinco minutos para falar. Quando já estivermos em quatro minutos, eu vou avisar que só falta um minuto. Eu peço para que todos compreendam e fiquem dentro dos horários e dos tempos necessários para tanto. Diretor, mais alguma coisa que eu possa ter esquecido?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Presidente, está correto. O *chat* já está aberto.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O *chat* já está aberto. Passo a palavra para o Executivo, a Secretaria de Educação.

SR. MAURICIO CUNHA: Boa noite, Presidente; boa noite, diretor legislativo da Câmara de Vereadores; Presidente Ver.^a Comandante Nádia, muito obrigado pela sua equilibrada condução dos trabalhos. Segunda audiência pública que estamos novamente hoje, mais um projeto de lei da SMED, mais um esforço desta Secretaria Municipal de Educação de avançarmos na melhoria da qualidade de educação do nosso Município e, principalmente, no caso específico, a melhoria no atendimento das demandas de vagas de crianças sem escola na nossa educação infantil. Esse projeto não inova, é um projeto que altera a Lei nº 12.952, de 2022, e foi gestado diante de uma preocupação da SMED de diminuir a burocracia. Isso foi uma necessidade compreendida a partir do acompanhamento das famílias daquelas crianças que entravam mediante compra de vagas, muitas delas compras judicializadas, e que, após a etapa



creche, elas necessitavam voltar para a fila e retornar todo o périplo de obtenção de vagas oferecidas pela SMED, e não raro a uma nova judicialização, o que, a nosso ver, prejudicava os trabalhos, acabava criando retrabalho, tanto burocrático dentro da secretaria, quanto no Judiciário. Então tivemos algumas ações para desburocratizar esse acesso às vagas, e uma dessas ações é esse projeto que altera a lei de 2022, a compra de vagas fica possível, não somente na faixa etária da etapa creche, mas de toda a educação infantil, ou seja, em vez de 0 a 3 anos e 11 meses, será de 0 a 5 anos e 11 meses. É uma diferença sensível, porque mais uma vez, aquelas crianças que acessam a vaga comprada, muitas vezes judicializada, quando acaba a etapa creche, elas ficam sem vaga e novamente precisam voltar à SMED, em busca de uma vaga, sendo que já tinham contemplado essa vaga. Então, nada mais justo, nada mais organizado que nós permitirmos que essa criança, que já foi atendida, continue sendo atendida até o final da educação infantil.

O nosso art. 1º do projeto altera o art. 1º da [Lei nº 12.952](#), apenas retirando a expressão “Educação Infantil – Etapa Creche”, e ampliando a faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses, como está na lei hoje, passando para 0 a 5 anos e 11 meses, abrangendo a educação infantil. O segundo artigo do projeto altera o art. 7º da Lei nº 12.952 de 2022, apenas para retirar a expressão “Etapa Creche” do *caput* do art. 7º da lei. E finalmente o artigo terceiro do projeto apenas atualiza, tão somente atualiza o art. 12 da lei 12.952 de 2022, sendo que onde se lê a “LOA 2021”, a “LDO 2021” e o “Plano Plurianual 2018-2021”, passa-se a ler “LOA 2024”, “LDO 2024” e “Plano Plurianual 2022-2025” com as suas distintivas leis, a lei atual da LOA é a Lei nº 13.775 de 21 de dezembro de 2023, a Lei nº 13.700 de 2023, também de 13 de novembro, é a LDO 2024, e a Lei nº 12.865, de 13 de setembro de 2021, que instituiu o plano plurianual 2022-2025, essas são as leis, a legislação, o arcabouço legal da fonte orçamentária para essa compra de vagas.

Ademais disso, importa dizer que a compra de vagas é uma estratégia residual da SMED no atendimento das demandas da educação infantil, sendo que existe uma ordem: primeiro se preenchem as vagas disponibilizadas de educação



infantil pela rede própria, rede própria esta que nós estamos ampliando, já vimos ampliando essa rede e temos um projeto atual de ampliarmos a rede ainda mais; após a rede municipal ter as suas vagas de educação infantil preenchidas, passa-se, então, a rede conveniada, que é onde se tem hoje o maior número de escolas, nós temos hoje 221 escolas parceirizadas; e preenchidas as vagas da rede parceirizada, se passa para a compra de vagas. Hoje é uma estratégia fundamental para o preenchimento, o atendimento das demandas da educação infantil. A gente acredita, temos dados para acreditar que neste ano de 2025 nós iremos zerar a oferta – com a oferta de vagas da rede própria, rede conveniada e compra de vagas – da demanda de Porto Alegre, o que vai ser um marco na educação de Porto Alegre, já que faz muito tempo que isso não ocorre. E é graças à ampliação da rede própria, graças à ampliação da rede conveniada e o exercício da compra de vagas de forma residual, como eu disse antes, ou melhor, complementar, é que nós atingiremos essa meta tão buscada para a oferta da educação infantil, que embora a etapa creche não seja obrigatória, nós acreditamos que a Constituição reza ser um direito fundamental e universal das crianças, que é a oferta de educação pública.

Com isso eu encerro a minha fala inicial, agradecendo mais uma vez a presença de todos os presentes, acreditando que o diálogo, aqui neste ambiente da audiência pública, é muito profícuo, é sempre importante ouvir aquelas pessoas que concordam e também muito importante ouvir os que não concordam, porque é no debate, nesse diálogo que a gente pode construir melhores soluções para a educação de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, secretário Maurício, que utilizou 7 minutos e 53 segundos. Passo a palavra também, por 15 minutos, para a manifestação inicial do Sindicato dos Municipários, acho que começa o Assis. É isso, Sr. Assis?

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Isso, boa noite a todos e todas, boa noite, já passou das 18h, Presidente, já tivemos hoje, de manhã, um debate



sobre a criação de CCs e FGs. Por que o Simpa pediu? Porque, primeiro, vou repetir, é um instrumento legal, a audiência pública é prevista na nossa Constituição Municipal, na Lei Orgânica. Nosso entendimento, para possibilitar o melhor debate, a audiência deveria ser, no mínimo, híbrida, ou seja, presencial e também *on-line*. Eu acho que o debate tem que ser cara a cara, rosto a rosto, não no sentido de uma coisa de agressão, mas no sentido de um debate mesmo, acho que isso é salutar, que está faltando muito disso. Eu acho que o Simpa, inclusive, ajuda a própria Câmara de Vereadores, solicitando essas audiências públicas, porque hoje as pessoas entendem que a Câmara de Vereadores, de maneira genérica, só dá nome de rua, de praça ou faz homenagem a alguém. Enfim, nós, como sindicato, não nos preocupamos só com o nosso salário, com nossas condições de trabalho, mas também com o recurso público.

Eu vou fazer alguns questionamentos aqui ao secretário, ao Executivo, sobre como é que esse processo se deu na elaboração desse PL. Primeiro, ele teve uma opção no Conselho Municipal de Educação, que é o órgão regulador, fiscalizador, elaborador, embora ele foi tirado poderes pela gestão Melo, mas ele continua tendo um papel importante, com o assento do próprio executivo e da sociedade civil? Existiu essa opção no Conselho Municipal de Educação? Seria muito importante e salutar, porque o nosso Conselho tem uma trajetória, um acúmulo de discussão, de elaboração de políticas públicas, muito anterior, de muitas gestões, muitas gestões mesmo, não é essa do Melo 2, nenhuma, do Marchezan e do Fogaça, inclusive, anteriores à própria administração popular. Então, isso passou pelo Conselho Municipal de Educação, houve um debate junto a essa instituição? Enfim, isso é uma questão, porque ele tem um papel importante, mesmo tirado determinados poderes, ele tem esse papel. Segundo: tem algum levantamento? Tem um levantamento geral, que está explicado ali na justificativa do projeto, mas por região. Sabem quais são as regiões mais carentes, hoje, no atendimento à educação infantil, principalmente dos 0 a 3 anos ali, o berçário, o maternal? Existe esse levantamento? Como será e como foi, se tem esse levantamento regional, qual foi a metodologia usada? Quais são os critérios? Como será, em cima desse levantamento, os critérios para aplicação



do recurso, para compra de vagas? Porque, veja bem, eu moro aqui perto, inclusive é uma boa escola, o Santa Cecília, mas a gente sabe, pelo menos historicamente, que as carências são nas regiões mais afastadas. Então, como é que virá uma família da Bom Jesus, do Partenon, se o Santa Cecília cobrar as vagas? Vai ser garantido a oferta? Porque como é que a mãe de baixa renda vai conseguir se deslocar para cá? Então, o governo previu se vai ter uma distribuição nas regiões mais carentes ou se entrar na região central, nos bairros com melhor condição de vida, onde ficam as escolas, se será garantido algum tipo de transporte para que a mãe consiga se deslocar? Porque, senão, vai acabar dando dinheiro e vai ficar sobrando vaga. Como é que a pessoa vai se deslocar do Partenon, do Campo da Tuca, da Restinga, para uma região, se não essas regiões não tiverem essas escolas que estão sendo propostas também para comprar? Então, seria importante que o governo dissesse quais são os critérios, senão nós vamos ter um falso atendimento e as regiões onde existe mesmo a carência do atendimento não serão atendidas, seria um desperdício do dinheiro público.

Como será a fiscalização na aplicação dos recursos? Deve ter critérios, se for para uma determinada entidade, uma determinada instituição, uma escola, ela está aplicando bem, como é que será? Eu vou contar uma pequena experiência, claro que era um período em que eu estive na SMED, que era para creches, era o Proerd comunitário, onde eu ia e estava, tudo bem, onde fez o piso e comprou a cozinha industrial, a coifa estava ali, mas e a porta? Gastou o dinheiro, entregou o dinheiro e não tem a porta. Como é que o muro não foi feito? Acho que de tanto eu fiscalizar, voltei à escola lá, pediram que eu voltasse para a escola, na Bom Jesus, a José Mariano Beck, no mesmo dia, a secretária me mandou, talvez por estar perdendo muito, porque o dinheiro público tem que ser muito bem fiscalizado.

Hoje, por palavras do próprio secretário anterior, o José Paulo, a nossa rede municipal é a mais inclusiva do Brasil, segundo ele apresentou em uma Comissão de Constituição e Justiça, lá no início do ano passado. Exatamente porque, ou seja, crianças com algum tipo de deficiência, ou com TEA, ou com



hidrocefalia, síndrome de Down, TOC, transtorno opositor, sem diagnóstico, na nossa rede municipal, nós temos quadros qualificados, monitores e professoras, monitoras, que atendem. Exatamente porque a rede estadual e a rede privada não queriam atender. Essas crianças que, pelo visto, é um crescimento muito grande, elas serão abarcadas nesse projeto ou serão excluídas? Ou será uma, dirão: “Ah, só posso atender uma”? Porque hoje nós temos, na nossa realidade municipal, quatro ou cinco alunos de inclusão dentro de uma escola, dentro de uma sala de aula. Como é que será o atendimento? Ou essas crianças serão... Então, por isso que a importância de os critérios serem muito bem discutidos e definidos. Hoje de manhã, nós discutimos que o governo conseguiu uma série de operações de crédito para, enfim, a construção, inclusive, do hospital materno-infantil. Entrar no PAC do governo de reconstrução, o financiamento do Banco Mundial, outras quatro instituições. Por que o governo não apresentou um projeto de construção de operação de crédito para financiamento da construção de escolas infantis, escolas infantis próprias, que tem um atendimento hoje excelente, sob ponto de vista das nossas professoras? Eu digo professora porque a maioria são mulheres, as monitoras, do atendimento educacional, da Sala de Integração de Recursos – SIR, a comida é de excelente qualidade nas escolas, as nossas terceirizadas, as cozinheiras, a nossa técnica de nutrição, ou seja, poderia ter sido, já que vai ser feito gasto, recurso público e a contrapartida, vai ser depois dado para a iniciativa privada, financiamento, que a contrapartida vai ser recurso público. Quando eu digo recurso público, não é uma coisa aérea, uma coisa assim no mundo do ar, são recursos que nós, contribuintes, pagamos, todas as pessoas pagam. Então, poderia ter ido esse projeto, eu acho que a SMED, já que o governo fez e foi aprovada pela Câmara, a possibilidade da contratação do financiamento e operação de crédito, foi autorizada, buscaram inclusive junto ao governo federal, e as instituições como o Banco Mundial, Banco Interamericano e outras instituições, um recurso para a construção de escolas infantis de zero a 5 anos, 5 anos e 11 meses é o que preconiza. Então poderiam entrar várias, isso sanaria, porque isso foi um objeto inclusive de desgaste do próprio governo Melo 2 – a questão do não atendimento. Isso é um



debate, que inclusive é pautado pelas mídias. Isso inclusive tiraria um pouco a pecha dessa questão que a SMED, no último período, em 2022 e 2023, saiu uma reportagem no Fantástico sobre a questão da corrupção, desvio de recursos, malversação, enfim, como a gente sabe. E por último, vou aproveitar o ensejo, porque é difícil a gente ter uma reunião com a SMED, no início do ano, embora não seja o tema, mas é importante, porque nós entendemos a rede como um conjunto de políticas, o governo, numa reunião onde estava o Simpa, a ATEMPA, a nossa Associação de Trabalhadores de Porto Alegre, o Fórum de Conselhos Municipais e três vereadores – se não me engano eram a Grazi, o Robaina e a Karen – e estava também o secretário Leonardo Pascoal, foi a primeira reunião, onde o secretário se comprometeu de enviar até 31 de março, ou seja, que eu saiba não foi enviado ainda, o projeto de lei de criação de cargos, para ser feito um novo concurso e também ser chamado concurso, porque as vagas, os cargos não existem mais. Nós defendemos o concurso público, profissionais qualificados, profissionais que estudaram, profissionais que passaram por todo um exame e que, dentro da rede, tentam se qualificar o tempo inteiro. Então, o governo, o secretário, e tem uma ata inclusive escrita, e ele disse que usava o fio do bigode também, até 31 de março ele tem que enviar o PL da criação de cargos na rede municipal, para que possam novos professores... Nós temos colegas que estão aguardando a dois, três anos, serem chamados no concurso e a alegação da SMED e da SMAP é de que não existe mais vaga. Então, nós queremos que isso ocorra. Porque a SMED diz que depende da SMAP. E isso é importante, porque nós entendemos que a rede municipal é um conjunto da educação infantil, dos anos iniciais, anos finais, da EJA e mesmo das nossas quatro escolas especiais. Então, é isso, eu fiz uma série de perguntas porque nós defendemos o concurso público, escolas próprias, construção, e o governo hoje tem condições de fazer isso também. E a gente quer saber, tem que ser muito transparente, como é que será essa compra de vagas e como será o atendimento. Porque senão pode ser ofertado de uma maneira irreal. Como eu disse, pelo estudo anterior, a região da Cruzeiro, da Bom Jesus, da Recife eram as mais carentes de atendimento, isso continua? E se não tem escolas, ou



entidades, ou instituições, vai ser dado algum tipo de auxílio para a mãe se deslocar, ou para o pai, a mãe, ou a tia, ou a avó levar a criança e buscar? Senão vai acabar indo uma vez, duas vezes e não volta, porque não tem passagem, está desempregada, ou não tem como ficar se deslocando. Inclusive a justificativa do projeto é que tu compras a vaga para as famílias poderem também trabalhar, a mãe sair de casa e aumentar a renda; mas se não tem uma próxima, ela vai ter que levar e vai ter que buscar, não vai dar em nada. Então, essas são algumas perguntas, eu passo... Comandante Nádia, quantos minutos ainda sobram, por favor?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Já foram 11 minutos e 15 segundos, sobram...

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Desculpa, então eu vou passar para a minha colega do Simpa, não sei se é ela que vai falar, a Bete Charão, ou alguma diretora da ATEMPA. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O microfone está fechado, Bete.
(Pausa.)

SRA. ELISABETE CHARÃO: (Problemas no microfone.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Bete vai falar ou não, Assis?
Acho que vai, né?

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Olha, ela estava ali... O microfone está fechado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não, eu estou vendo ela aqui, mas ela está com o microfone fechado, acho que está com dificuldade de... É embaixo ali, Bete. Tem um microfonezinho e uma câmera. (Pausa.) Agora deu, agora já



deu. Dá um “oi” só para ver se já liberou o microfone. (Pausa.) Não, não estamos te ouvindo.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Quem sabe, Bete, tu sais e volta de novo. Pode ser alguma coisa em relação a isso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): É que aí nós temos que continuar a audiência, gente, senão nós vamos trancar muito aqui. Sugiro que o Assis termine os quatro minutos, e depois, no final, a Bete possa falar.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Só uma questão de ordem, Presidente, hoje à tarde tivemos problema com a Secretaria de Educação e a gente aguardou. Eles resolveram o problema. Vamos ver se ela sai e volta. É rápido.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Estamos aguardando. É que já começou com a fala do Simpa. (Pausa.) Assis, quem sabe tu terminas os 4 minutos e, no final, a Bete fica com os 15. Pode ser?

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Pode ser. Então, era isso. Nós fizemos esses questionamentos em função da nossa experiência, da nossa trajetória e o acúmulo que nós temos, inclusive, da própria associação – para quem não sabe, nós temos a ATEMPA, não é só o Simpa, dos trabalhadores de educação do Município de Porto Alegre. E nós achamos que esse debate tem que ser... Porque recurso público... Eu não estou aqui acusando ninguém de antemão, mas ele tem que ser bem aplicado. Por isso que eu fiz o levantamento do questionamento a SMED sobre como é que será? Quais são os critérios que elaboraram essa lei? Se passou pelo Conselho Municipal de Educação? Como será? Se tem uma avaliação, ou melhor, uma análise e um diagnóstico, quais são as regiões mais carentes? Se forem compradas as vagas e instituições, mais na região central, como é que se dará o local? Porque, vejam bem, pela



informação que nós temos anteriormente, que foi um Fórum Estadual de Atendimento, muitas das crianças, de zero a cinco anos, estão em áreas mais carentes. Como é que elas vão se deslocar para as regiões mais centrais? Necessita transporte. Isso terá um aporte? Foi pensado isso? E também a SMED poderia ter um Plano de Construção de Educação Infantil, aproveitar esse conjunto de financiamentos. Acho que a Câmara de Vereadores (Ininteligível.) um financiamento para construção, como foi com os outros projetos, que foram aprovados sem nenhum questionamento, foram unânimes as aprovações, então, poderia ser enviado um projeto de construção de educação infantil e a qualificação. E eu fiz uma pergunta, Comandante, embora não esteja na pauta, mas é importante. Como eu disse, nós entendemos a nossa rede de maneira conectada, não pode ser uma coisa isolada. Nós achamos que esse projeto de lei da criação do (Ininteligível.) foi um compromisso do secretário, inclusive com a vereadora que está aqui, Ver.^a Grazi, e com outros, tinha a coordenação pedagógica de recursos humanos, a diretoria de recursos humanos, isso é importante. Porque nós, além da questão dos zero a cinco anos, queremos qualificar o atendimento dos nossos alunos também nos anos iniciais, ou seja, até o 5º, 6º ano, e depois do 7º ao 9º ano. E também a nossa EJA, que está atirada às traças. O governo poderia, inclusive, fazer uma campanha pública. Porque nós temos também, além de uma carência de atendimento ao aluno, pais e mães que poderiam retornar à escola e, inclusive, qualificar e ter uma renda melhor, ter uma formação que possa ter um emprego melhor. Então, acho que tem que ser vista a política da educação de maneira conjunta, total, não específica. Então, são esses os nossos questionamentos.

E voltando a defender, o Simpa defende o salário, só para os que estão aí também, para aproveitar: hoje, nós temos uma perda salarial de 32,40%, não é ganho real, pessoal. Até as escolas particulares... Nós temos perda de professores, inclusive, da educação infantil, porque, no ano de 2016, era como se a gente ganhasse R\$ 100, e hoje nós ganhamos R\$ 67,60. Quatro anos do Marchezan e dois do Melo. Isso é importante. Porque também qualifica o atendimento de zero a cinco anos, e também nossos adolescentes e adultos,



porque nós (Ininteligível.) adultos também. Então, é por isto que o Simpa se posiciona e por isto que ele pediu audiência pública: para que esse debate seja o mais transparente, mais público, mais democrático possível. E a audiência pública, retorno, é importante, inclusive, para a Câmara não ficar com a pecha de que só vota em homenagens, em nome de rua, etc. Porque as pessoas, muitas vezes, nem sabem o que a Câmara de Vereadores faz. E esse ano tem projetos muito importantes, inclusive, o Plano Diretor, entre outros. Então, é isso. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sr. Assis. Foram 15 minutos e 25 segundos. Bete, nós combinamos que aí tu ficas com os 15 minutos no final, se assim se acertarem.

Então, agora, nós vamos passar às pessoas que já se inscreveram. Diretor, já temos ali várias pessoas a favor, não vi nenhuma contra, mas vamos trabalhando. Vamos lá, por favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (DIRETOR LEGISLATIVO): Perfeito. A primeira inscrita é a Sra. Vanessa Trombini.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Deixa-me só interromper um pouquinho, Luiz. Ver.^a Nádia, será que eu posso falar primeiro?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Se o senhor quiser, tem a preferência, assim como os demais vereadores.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu gostaria, então.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pois não, Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então tá. Obrigado pela palavra, Presidente. Esse tema das vagas em Porto Alegre é muito importante, porque nós temos



hoje milhares de crianças que não acessam o que é um direito constitucional. A Emenda nº 59, que mudou a Constituição do Brasil em 2009, estabeleceu como obrigatória a educação dos 4 aos 17. Porto Alegre até hoje não conseguiu cumprir, porque não criou um plano próprio de criação de escolas. Eu lembro bem do governo Marchezan, que deixou apodrecer cinco escolas no meio do matagal, que até hoje não saíram do papel. O governo Melo também prometeu isso nos primeiros quatro anos. E nós estamos num momento difícil, porque sempre a Constituição brasileira legou o direito a todos, e quando a Constituição fala esse todos, está falando na cidadania, nas pessoas que pagam impostos. E hoje essa cidadania paga imposto, mas o Estado brasileiro não cumpre a legislação; e o Estado aqui nós estamos falando do ente federado Prefeitura, por uma sucessão de governos, ou seja, há uma negligência quanto ao direito à educação. E destaco que o governo Melo é uma continuidade e não muda muito, porque, no primeiro governo, tentou também comprar vagas, e infelizmente a iniciativa privada não esteve junto nessa participação, porque o governo queria pagar uma micharia pelas vagas. Então achar que educação é uma coisa barata é um problema gravíssimo; educação não é barata, e educação é investimento no futuro da cidadania. Não tem como a gente pensar o desenvolvimento social e econômico de Porto Alegre, se não pensar que tem que garantir, pelo menos, o que está legal, está na legislação, a Constituição. Então eu fico escandalizado. Hoje temos mais de 7 mil crianças de 4, 5 anos que não acessam esse direito, e mais ainda, esse edital, que é uma tentativa do governo, vai apenas, talvez, resolver uma pequena parcela. Porque, na verdade, hoje as pessoas que pagam escola de educação para os seus filhos não deveriam estar pagando, era a Prefeitura que deveria oferecer vagas, esse é um grande problema. Então nós estamos falando de uma demanda... Eu ouvi recentemente o secretário Pascoal falar que vai fazer 20 escolas. Secretário, nós temos que fazer no mínimo 200 escolas de educação infantil, porque é uma vergonha, um pai, uma mãe da classe média ter que pagar escola, tirar dinheiro da sua mesa para pagar escola, pagar educação, quando é um direito que o Estado tem que oferecer. E digo mais, é uma vergonha o secretário pegar escolas do Estado para fazer ensino



fundamental, quando a gente não conseguiu acolher a educação infantil. Então eu acho que a gente tem que manter o ensino fundamental que a gente tem, mas a gente tem que acolher a educação infantil, porque a classe média de Porto Alegre não aguenta mais pagar o preço pela irresponsabilidade. Eu estou falando em todos os bairros, no meu bairro Menino Deus não tem uma escola, nem conveniada, nem pública municipal, nem pública estadual de educação infantil, e ali moram trabalhadoras e trabalhadores. Então nós precisamos rediscutir Porto Alegre, secretário, porque não é só essa quantidade de pessoas que hoje não conseguem a vaga pública, é também as pessoas que estão tendo que pagar por escola quando é dever do Estado. Então está na hora de o Estado assumir essa responsabilidade, eu, como vereador, questiono muito, porque o Estado sempre fica se fingindo de surdo, de mudo, de não estar enxergando. Mas a demanda social é real, e eu digo aos pais e mães da classe média: pressionem também, porque se a gente pressionar, o Estado vai ter que fazer escolas.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

VEREADOR JONAS REIS (PT): É fundamental, sim, acolher a demanda reprimida que tem. Nós vamos continuar lutando para isso, mas, primeiro, tem que ampliar a rede conveniada. Segundo, não pode mais fechar escola, secretário da educação; V. Exa. fechou escolas arbitrariamente e veio aqui pedir para a Câmara de Vereadores abrir a compra de vagas. Eu estou avaliando se vou votar a favor ou não de compra de vagas, porque já votei no governo anterior a favor, mesmo sendo oposição. E hoje, como líder da oposição, estou reavaliando, porque eu votei e vocês fizeram um edital péssimo, vai ser de novo um edital horroroso? Como é que vai ser? Vocês não podem achar que as pessoas que fazem educação – olha que faltou até luz agora, meu Deus. Então vocês não podem achar que a educação é uma coisa para ser barata e que as pessoas que têm escolas privadas vão oferecer vagas de forma barata, não pode ser assim. Então nós vamos avaliar muito bem esse tema, para a gente construir



um diálogo, para mais educação na cidade, inclusive abraçar a classe média que não aguenta mais pagar por escola, que deveria ter oferecimento de escola pública, seja Município, Estado ou União. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada Ver. Jonas, que utilizou o tempo de 5 minutos e 35 segundos. Solicitou para falar agora a Ver.^a Cláudia Araújo. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa noite, Presidente; boa noite ao Simpa que solicitou essa audiência e a todos que estão conosco aí ouvindo e discutindo uma pauta que é tão importante; ao secretário também.

Na verdade, o projeto é muito simples, ele amplia de 0 a 3 para 0 a 5 e 11 meses, ou seja, oportuniza que mais crianças possam ter acesso e que mais mães possam trabalhar. Na verdade, é isso, é muito simples, porque entram outras discussões, outras pautas num projeto que é para ser extremamente simples e para atender a necessidade daqueles que mais precisam, que são as mães normalmente mães-solo. Normalmente mães que precisam trabalhar, que precisam ter onde colocar seus filhos e onde as escolas privadas estão se disponibilizando, e as parceirizadas também, a fazer essa venda de vagas para que a gente possa atender.

Eu ouço muito nos discursos dizendo que Porto Alegre não consegue resolver o problema das vagas, da falta de vagas, nós estamos buscando a gestão para resolver o problema da falta de vagas, ampliando as idades, atendendo essas mães, colocando 7 mil crianças até o fim dessa gestão, que é o que nós temos hoje na fila, dentro das escolas, sejam elas municipais, sejam elas privadas, sejam elas o que for, o importante é que essas crianças estejam sendo atendidas e estejam na educação, que é a base de tudo, como eu já falei na outra audiência que falou sobre o Alfabetiza+POA. Então é muito importante que a gente discuta o que é mais importante, e o que é mais importante é colocar essas crianças para dentro da educação, essa é a nossa pauta principal, e nós vamos, tenho certeza, aprovar esse projeto, que é muito simples e que vai trazer um benefício



muito grande para a nossa cidade e para as nossas crianças dentro da área da educação. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Cláudia, que utilizou o tempo de 2 minutos e 1 segundo. Passamos para a primeira inscrita, que é a favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É a Sra. Vanessa Trombini.

SRA. VANESSA BERCHT TROMBINI: Boa noite a todos que estão presentes. Primeiramente, eu até vou ler algo hoje para poder realmente passar toda a mensagem que gostaríamos. Sou a Vanessa Trombini, estou aqui representando a AEPEI, que é a Associação de Escolas Privadas de Educação Infantil do Rio Grande do Sul. Venho, através da minha fala, inicialmente, dizer que, como empresas, nas palavras ali do vereador, nós também entendemos que, sim, todos nós, como pais, temos direito à escola pública, porém, também temos o direito de fazer a escolha da escola que quisermos. Então, se eu tiver o interesse de pagar por uma escola privada, eu tenho que poder ter esse direito. Já deixo aqui uma discussão futura para todos e para todos começarem a pensar que precisaríamos começar a falar sobre impostos, porque as escolas são as que pagam os maiores impostos. É um serviço que paga impostos maiores do que ir a um restaurante. Então, deixo aqui a provocação para todo mundo: quando estamos falando de melhorar a educação, talvez essa também seja um bom espaço para iniciarmos por aí, porque poderíamos ter escolas de qualidade onde os pais podem fazer a opção por essas escolas, assim como uma escola de qualidade do Município ou uma escola privada, certo?

Mas estou aqui, então, representando a AEPEI, como eu disse, para trazer a importância desse edital para a sociedade. Atuar na primeira infância, parece ser uma atitude fundamental em qualquer estratégia de combate à pobreza e desigualdade social, tanto por seus efeitos imediatos quanto pelos efeitos a



longo prazo. Na maioria das sociedades, a educação infantil tem sido uma das formas mais comuns de atuar nessa faixa etária, que tem se mostrado um tipo de investimento com taxas de retorno social elevadas. É constatado pela literatura nacional e internacional que quem frequentou o ensino infantil tem, em média, melhor desempenho escolar, maior produtividade no trabalho, menor envolvimento com violência, é mais saudável e tem uma família mais estável. Todos os fatores que geram melhores salários e condições de vida futuramente. Os trabalhos de Heckman, que recebeu um prêmio Nobel, mostram a relação entre o investimento em educação em diferentes momentos da vida dos indivíduos e o retorno esperado para essas intervenções. Seus estudos apontam que aplicar em capital humano em estágios mais iniciais da vida resulta em taxas maiores de retorno, que decaem conforme a idade avança. Em uma de suas análises, o pesquisador estabelece que o programa americano voltado à educação infantil, High/Scope Perry Preschool, teve grande retorno sobre o capital investido, algo entre 600% e 1.100%. Para cada US\$ 1,00 investido nas crianças participantes do programa, de US\$ 7,00 a US\$ 12,00 foram devolvidos à sociedade. Segundo Heckman, tentar sedimentar em um adolescente o conhecimento que deveria ter sido apresentado a ele dez anos antes custa mais caro e é menos eficiente. E nisso, as neurociências também se apoiam.

Por esse motivo, a parceria público-privada é fundamental. Por mais que existam os defensores de que a escola deve ser sempre e exclusivamente pública, precisamos olhar para a realidade, precisamos falar sobre hoje. Essas crianças precisam de escola para seu futuro e não podem esperar para que essas vagas dependam de erguer prédios e criar concursos para novos professores, pois estamos perdendo essa janela ótima de aprendizado e as privando de um futuro melhor. Precisamos, sim, de um plano de curto, médio e longo prazo. E votar contra um edital como esse é votar contra a infância, é votar contra o futuro de todas as crianças que estão, neste dia, na fila de espera para uma vaga de educação infantil.



A AEPEI-RS estará lutando sempre para que todas as crianças tenham suas vidas valorizadas e, por isso, estamos aqui colocando as nossas escolas para serem espaços de acolhimento e desenvolvimento. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sra. Vanessa, 4 minutos e 16 segundos utilizados. Temos uma pessoa contrária. Por favor, diretor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É a Sra. Márcia Apolo. (Pausa.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Sra. Márcia Apolo está?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Está na sala.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Mas está sem som. (Pausa.)
Vou passar para a próxima, e a senhora entra logo em seguida. Pode ser, Sra. Márcia? Acho que a senhora sai e entra novamente, por gentileza. Vamos passar para outra a favor.

SRA. MÁRCIA APOLO: Agora foi.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ah, tá. Só um pouquinho.

SRA. MÁRCIA APOLO: Está bem ruim. Estão me ouvindo?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Estamos ouvindo a senhora muito bem. A senhora tem cinco minutos.

SRA. MÁRCIA APOLO: Está certo, obrigada. Boa noite a todos e todas, eu até nem iria me inscrever, estava apenas acompanhando, mas, como não tem ninguém contra, acho meio estranho também. Fico naquela dicotomia, ser contra



ou a favor. Ninguém é contra que crianças estejam na escola no tempo certo. O que a gente faz é uma reflexão aqui. Esse projeto, todos os anos, é colocado na Câmara de Vereadores porque faltam vagas. O que falta, na realidade, é investimento da política de educação do Município, em que não se prepara e não aplica para que haja escolas de educação infantil. Sabe-se que falta, mas vai se empurrando com a barriga. Agora, no início do ano, o secretário Pascoal falou que iriam construir 26 escolas. Falou, não tem nada no papel. Não tem nada onde? Onde serão construídas? Os locais? Quais os locais que mais têm necessidade? Nada disso é colocado de uma forma transparente. Eu acho que teria que haver realmente uma coisa mais organizada e planejada. Aí, qual o valor que vai ser gasto? Qual a dotação orçamentária para essa questão? Aquisição de vagas para educação infantil. A gente viu o desmonte do Conselho Municipal de Educação, e eu não sei se o setor pedagógico da educação infantil ainda funciona, que era um balizador que fazia o credenciamento das escolas infantis e ia averiguar, *in loco*, se tinha as condições dadas. Hoje, o CME, quando foi desmontado, não tem nem essa condição de fazer o tipo de avaliação *in loco*. Então, eu acho bem preocupante. Realmente, saúde e educação, para nós, é prioridade e é pública. Não que sejamos contra. Quem pode pagar, hoje, uma creche, uma educação infantil, *ok*. Mas o público, o municipal, tem que se preocupar com o todo da população. E os mais desassistidos estão na periferia, realmente, e deveriam ser priorizados nesse aspecto de vagas para educação infantil. Então, investimento público na educação infantil, com criação de mais vagas, mais escolas, é prioridade. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sra. Márcia, que utilizou o tempo de 3 minutos e 8 segundos. Por gentileza, neste momento, vou chamar a Ver.^a Grazi Oliveira.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Olá, gente, boa noite a todos e a todas que estão acompanhando esta audiência, importante o debate, porque nós estamos falando sobre um problema sério no nosso Município, que é a falta de



vagas. Nós já sabemos, já temos números, dados sobre o quanto de famílias estão aguardando para colocar seus filhos na escola. Primeiro, pelo seu direito de acesso à educação, e um segundo elemento, que é bastante importante, é para que as famílias possam, também, acessar o mercado de trabalho. Nós sabemos muito bem que, quando a gente fala de família, a gente está falando de muitas mulheres e, muitas vezes, mulheres que são mãe solo. Mas eu queria fazer a minha reflexão em dois pontos. O primeiro ponto é para dizer que, aqui, nós estamos discutindo, o debate é sobre a coisa pública, ele não é sobre a questão privada. Então, eu já quero iniciar dizendo, e aí, respondendo também, já que tiveram algumas manifestações que me antecederam, que quando a gente fala sobre educação e educação pública de qualidade, nós estamos falando de um projeto que tem sido lutado há muito tempo. Eu estou no magistério há 23 anos. Há 23 anos a nossa luta é a mesma e a ausência de políticas é a mesma. Então, a manifestação que, aqui, vai ser feita pela minha fala, tem relação com as coisas que não são feitas por quem executa as políticas públicas. Venho aqui muito legitimamente dizer que, como vereadora, o debate aqui é um debate porque nós estamos falando do dinheiro público, que a gente quer que seja investido nas coisas públicas, numa construção de escola pública, para que se garanta vários elementos. O segundo ponto, eu quero lembrar de alguns casos. Pode ser que alguns de vocês não conheçam, mas eu gostaria de relatar, aqui, brevemente. Vamos lá (Lê.): “Queimaduras nos pés e choques na boca: famílias denunciam maus-tratos e negligência em creche no Distrito Federal. Polícia investiga. Centro Educacional Doce Infância disse aos pais que queimaduras foram provocadas pelo piso da escola; Secretaria de Educação acompanha casos.” Essa matéria foi dada no G1, no dia 13 de março deste ano. O que é negligência escolar? Negligência escolar é quando ocorre, quando instituições de ensino não cumprem com suas obrigações de cuidado, proteção e educação. Outro exemplo (Lê.): “Professora é afastada após negligenciar criança que caiu e sofreu traumatismo craniano.” Este ano também. Outra notícia (Lê.): “Escola pega fogo em Itanhaém.” Essa, todo mundo lembra, foi caso nacional. (Lê.): “Pais reclamam que a escola não tinha extintor de incêndio.” Por



que eu estou trazendo esses relatos? Porque é uma preocupação minha – e aqui vai a minha preocupação. Minha preocupação não é discutir o projeto, porque acho que a compra de vagas é uma alternativa paliativa, momentânea, para resolver o problema da falta de vagas. Então, aqui, não é uma pessoa que está falando contra ou a favor, eu estou aqui sendo a mais sensata possível para a gente fazer um debate comprometido com a educação. Como é que nós vamos comprar vagas quando nós temos um conselho municipal que não tem nem lugar para trabalhar, que não tem recursos humanos para atuar e que não dá credenciamento para as escolas poderem funcionar? Ai, eu faço uma pergunta para a Vanessa, depois eu sei que a Vanessa, de repente, não vai conseguir responder por causa do tempo, e eu vou precisar usar o meu tempo, que agora eu estou... A minha fala é maior, eu não sei se ela é diretora de uma escola particular de educação infantil ou particular fundamental, mas eu queria que a Vanessa pudesse nos dar os números das escolas que estão na AEPEI, nessa associação, nesse movimento de escolas. Quais são credenciadas pelo Conselho Municipal de Educação? Porque eu posso afirmar para vocês hoje que, nas 11 escolas em que a Prefeitura compra vaga, nenhuma delas tem credenciamento no Conselho Municipal. E a lei do Conselho Municipal, assim como a lei municipal, diz que é atribuição do Conselho Municipal o credenciamento e autorização de funcionamento das escolas. Então, gente, pelo amor de Deus, o que nós temos que debater aqui é como nós vamos aperfeiçoar esse projeto que está apresentado aqui para garantir segurança às nossas crianças, para que não seja qualquer escola em que elas estejam inseridas. Quem fiscaliza, quem credencia, quem acompanha precisa estar preparado, equipado para poder funcionar.

E encerro a minha fala, porque eu sei que a Presidente vai dizer que está acabando, reforçando a fala da colega que defendeu que as necessidades maiores hoje são nas comunidades periféricas. O Conselho Tutelar esteve na CECE conosco, há duas semanas, e nos apresentou um relatório de dezembro de 2024 das necessidades de vagas. E vou dizer para vocês: na região norte, 97 crianças fora da escola – de educação infantil –; na região leste, Bom Jesus, 175



crianças fora da escola; Partenon, 60 crianças; educação infantil na Cruzeiro, Glória, 85 crianças fora da escola; sul, centro-sul, 29; Restinga, 42; Centro, 25; Lomba do Pinheiro, 220 crianças em idade de educação infantil fora da escola. Então, são nesses lugares que a gente deveria estar garantindo, primordialmente nessa compra de vagas, para suprir as vagas que a gente precisa suprir. Porque comprar vagas a bel prazer, sem ter critérios, para mim, hoje, nesta audiência, é o maior problema; escolas que não são credenciadas e escolas que contemplam as necessidades da comunidade, como eu apresentei agora. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Grazi. Seu tempo ficou em 6 minutos e 28 segundos. Lembrando que são 5 minutos. Por favor, diretor, chamar a próxima pessoa que está inscrita.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Sra. Karina Cardoso.

SRA. KARINA CARDOSO: Boa noite a todos. Obrigada, Comandante Nádia e demais colegas. Muito se fala aqui sobre as famílias, da necessidade das famílias em ter um local seguro para deixar os seus filhos. Mas em que momento nós, como educadores, vamos olhar para essas crianças? Eu fiz várias anotações das falas anteriores e eu gostaria de ressaltar algumas delas. Eu sou diretora de escola há 19 anos e eu posso responder que a gente leva muito a sério a educação infantil, e, nas nossas escolas, esses critérios que a SMED achar necessários, eles serão muito bem atendidos e muito rapidamente.

Mas eu digo o seguinte: as famílias precisam de um lugar, as mães, as mulheres, mas, quando a gente olha para as crianças, que hoje têm uma vaga em qualquer escola por uma compra de vaga, e a qualquer momento essa criança era tirada dessa escola para ir para um outro lugar, a questão do vínculo não era levada a sério. E isso foi uma pauta que nós, educadores, levamos para dentro da SMED, e que o vínculo na educação infantil é importantíssimo, e a gente precisa levar



isso a sério. E é direito das famílias escolherem se elas vão querer uma escola pública ou uma escola privada, é direito da família também ter como escolher. Quanto mais escolas estiverem dentro desse edital, mais crianças a gente vai conseguir atender. Então, nesse momento não se constrói escola do dia para a noite, isso não existe, a gente precisa olhar para a infância, a gente precisa olhar para as crianças nesse momento. A gente precisa zerar essa fila. E aí, sim, obviamente, a gente precisa, como falou a Vanessa, de um plano para médio e longo prazo, mas hoje quem vota contra esse projeto vota contra as mães que precisam de um lugar para deixar os seus filhos, as crianças, principalmente vota contra a infância. Nós, escolas, além de sermos empresas antes de qualquer outra coisa também, geramos muitos empregos para outras tantas mulheres, professoras, pagamos impostos altíssimos, e isso também é uma coisa que a gente precisa começar a olhar com mais vigor, digamos assim, mas hoje a gente precisa resolver esse problema que nós temos e que é latente no nosso Município. E a ampliação é muito necessária, porque hoje as crianças ficariam na escola até 3 anos e 11 meses e depois voltariam para uma fila de espera, quando entram na idade obrigatória. Então, isso não é justo com essa criança. E aí quando a gente fala em políticas públicas, muito se fala sobre o adulto, mas a gente precisa olhar para as crianças, sobre o vínculo que a família criou com aquela instituição. Não é justo com as crianças que elas sejam obrigadas a sair, voltar para uma lista de espera e ficar fora da escola.

E agora, falando um pouco sobre a questão do Conselho Municipal, o que surgiu, eu acho ótimo que o Conselho Municipal comece, de fato, a fiscalizar as escolas, mas fiscalizar as escolas como um todo e não só a rede privada, porque as crianças não têm diferença. A criança que está na rede privada, na rede conveniada ou na rede própria, ela deve ser olhada da mesma forma. O conselho, enquanto regulador, precisa olhar essas crianças e essas escolas, essas entidades, da mesma forma. Então, hoje, é muito necessária, Presidente, a ampliação desse projeto. As crianças precisam permanecer nas escolas onde elas já têm vínculo, onde as famílias já se organizaram, onde as famílias já criaram aquele ambiente. Não é justo com essas famílias. Uma bandeira minha,



que eu já levei para dentro da SMED, é que a criança deve entrar no berçário e fazer toda a educação infantil no mesmo espaço, se assim for da vontade daquela família. E assim eu encerro a minha fala. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Karina Cardoso; 4 minutos e 50 segundos. Eu quero informar ao Sr. Joel, que pelo jeito aqui fez uma colocação machista pelo *chat*, querendo saber quem era a Karina Cardoso. Só quero dizer para todos que estão aqui, que qualquer um da sociedade pode e deve falar. A liberdade de expressão, nesta audiência pública, enquanto eu estiver de presidente desta Câmara, estará sempre prevalecendo. E não é nenhum homem, principalmente que não coloca o seu nome completo, que vai estar aqui querendo saber quem é Fulano ou Beltrano. O próximo, diretor, por gentileza.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A próxima pessoa é a Sra. Carina Koche.

SRA. CARINA BECKER KOCHÉ: Boa noite. Meu nome é Carina Koche, para ficar claro. Sou presidente da Rede Ciranda e agradeço a sua fala, Presidente Nádia, porque, realmente, é o mínimo, a gente tem que colocar as pessoas no seu devido lugar. Enfim, como presidente da Rede Ciranda e como diretora de escola de educação infantil há mais de 16 anos, eu me questiono o porquê, desculpa falar dessa forma, e de uma forma mais informal, a gente está fazendo uma audiência a essa altura do campeonato. A gente está falando da faixa etária que é obrigatória; e se não tem vaga no Município, ou que as famílias começaram a usar o subterfúgio de judicialização, qual é o problema de isso estar acontecendo? Eu entendo que tem que fazer escola, eu entendo que tem que contratar, eu entendo que tem que fazer concurso. Depois que essas crianças já estiverem lá no primeiro, segundo ou terceiro ano? Aí essas crianças perderam a vez? Gente, em que mundo que a gente está? A gente vai ficar filosofando, discutindo o que deveria ser, o que não deveria ser, quando essas crianças têm



4 anos, 5 anos. Quer dizer, se fez uma lei, um projeto de lei, enfim, de primeiro a três anos, com uma questão social importantíssima de as crianças estarem em um lugar seguro, sim, num serviço essencial, sim, e aí, quando chega nos 4 anos, 5 anos está sendo feita uma atualização dessa lei, vamos dizer assim? E aí está se discutindo se deve ou se não deve ser feita. Gente, em que mundo que a gente vive? Usar a política para ganhar luz? Desculpa estar falando dessa forma, mas para mim é inconcebível. Eu acho que a gente tinha que estar pensando, sim, em coisas para resolver a situação e não colocar empecilhos. Nós estamos falando de crianças de 4 anos, 5 anos. Nós estamos falando de crianças que precisam estar na escola, sim. E se a Prefeitura não tem vaga para essas crianças neste momento, não é culpa deste mandato, seja deste ano ou seja da gestão passada, isso é reflexo de muito mais tempo, que não foi autorizado fazer escola, que não foi autorizado fazer concurso e chamar as pessoas. Então, eu defendo, sim; defendo, sim, a política atual; defendo, sim, o proativo, o querer resolver, pensar que também, enquanto escola privada, eu pago imposto e é esse imposto que paga também essas vagas, que paga o salário de todos os funcionários. Então, onde é que nós estamos a essa altura do campeonato, gente? Isso tinha que ser aprovado por unanimidade, por uma questão de honra com essas crianças. Simples assim. Desculpa se a minha fala não está sendo extremamente delicada, política e assim por diante, porque é um momento de indignação, sim. A gente passou por pandemia, a gente passou por enchente e eu acho que tem mais o que fazer, mais o que pensar e mais o que votar para isso ser resolvido. Eu acho que Porto Alegre tem muito mais problema do que saber se crianças de 4 e 5 anos merecem essa continuidade da lei. Então, se não for aprovada pela oposição, *ok*, agradeço, vamos continuar com a judicialização; aí pode, né? Aí pode pagar mais caro, pegar qualquer escola que não é credenciada, porque para tu estares no edital de compra de vagas, tu tens que apresentar certidões negativas, tu tens que estar com a documentação toda em dia, a SMED vem fiscalizar. O que tem de problema nisso? Não vejo nenhum. A SMED está fazendo seu papel, papel muito além do que deveria, na minha opinião, nesse sentido, porque vaga de 0 a 3 anos não precisava, não está na



lei. Agora, não está na lei, que eu digo, de obrigatoriedade de escola, e aí, agora, com 4 e 5 anos, está sendo discutido. Ah, gente, por favor! Câmara de Vereadores, Presidente, desculpem o tom da fala, mas eu acho que vocês têm muito mais trabalho para fazer, muito mais coisa para conquistar. Entendo que a audiência é um rito, enfim, que a sociedade tem que ser ouvida, mas enquanto mãe, enquanto diretora, enquanto parte dessa sociedade, eu acho que a gente tem que trabalhar pensando para frente, e isso a Prefeitura faz muito bem feito. Tem coisas para serem resolvidas, como qualquer gestão, mas é a gestão que mais evoluiu ao longo desses anos. Se não fosse essa gestão, tinha escola que foi inundada, que até hoje não tinha sido organizada. Isso não se discute. E as escolas particulares ajudaram muito nesse processo de enchente, acolheram muitas crianças que ficaram sem escola por causa da enchente. Aí, perdão, aí a gente serve; e quando não tinha enchente? Gente, por favor, desculpa, eu cheguei a me emocionar aqui com a fala. Mas, assim, fica aqui o meu desabafo, enquanto mãe, enquanto diretora e, principalmente, enquanto parte dessa sociedade – a gente precisa defender as crianças. Confirmo toda a fala da Vanessa, toda a fala da Karina. Se eu esqueci de alguém, desculpa, mas assim, a gente precisa pensar nessas crianças para hoje, não é para ano que vem, não é para daqui a dois anos; são crianças que até os três anos têm direito e depois não tem mais. Eu acho que é uma questão de honra de toda a Câmara de Vereadores votar a favor dessa lei, porque vai pegar muito mal, né, quando os vereadores forem buscar a reeleição e terem lá no seu registro que votaram contra a vaga comprada nas escolas, porque a Prefeitura não tinha. Pega mal, né, gente? Então, vamos pensar nas crianças, vamos deixar de política e vamos focar neles. Muito obrigada, desculpe o tom, mas foi uma fala de desabafo. Eu acho que a minha fala representa muito da sociedade nesse sentido. Boa noite.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sra. Carina. Falou por 5 minutos e 40 segundos. Quem é a próxima, diretor?



SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É a Sra. Priscila Lopes. (Pausa.) Não está na sala, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pode chamar a próxima.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A próxima é a Sra. Letícia Mello.

SRA. LETÍCIA MELLO: Sou presidente do Sindicato Intermunicipal dos Estabelecimentos de Educação Infantil do Estado do Rio Grande do Sul – Sindeedin, que é o sindicato que representa todas as escolas de educação infantil privadas, exclusivas, com fins lucrativos no Estado. Então, a minha fala vai ser muito breve; eu também sou diretora, proprietária e diretora de escola de educação infantil e membro do Conselho Municipal de Educação. Então, assisti várias colegas diretoras de escola que já trouxeram aqui do ponto de vista da criança, da sociedade civil, dos direitos das famílias ou das crianças. Então, eu vou ser muito breve no que eu vou trazer e bem pontual.

Primeiro: eu gostaria de trazer que diversos estudos já comprovaram que comprar vaga é muito menos custoso para o Estado do que construir escolas. Então, isso já foi comprovado por diversos estudos; talvez por isso que o Município tenha direcionado verba para construir hospital materno-infantil, porque no setor privado não tenha quem atenda essa demanda; ao contrário de construir escolas onde tem inúmeras escolas de educação infantil privadas, ofertando vagas para serem compradas, atendendo essa necessidade do Município e das crianças.

Segundo: a escola privada existe exatamente porque o Estado não dá conta de atender essa demanda e esse direito de educação, quem dirá uma educação de qualidade. Então, as escolas de educação infantil privadas fazem um grande investimento em qualidade de educação, em estrutura física; nós sabemos que, ao contrário da escola pública, a gente tem muito mais qualidade a ofertar comparando hoje, como acontece entre a escola pública e a escola privada.



Também sabemos da realidade da escola pública em relação a colocar atestado médico, há várias outras questões de gestão que fazem com que aquela criança que está ali na escola pública, muitas vezes, tenha um profissional para atender mais de 20, mais de 25, em função dessa gestão da escola pública que é completamente diferente da escola privada.

Em relação também à compra de vagas se estender para a pré-escola, que é o objetivo de nós estarmos discutindo aqui hoje, eu acredito que é o mínimo que se espera para quem pensa e para quem briga pelo direito da criança, principalmente pela proteção da criança. É um disparate uma criança que está já numa escola adaptada, vinculada, que tem seus amiguinhos, que tem vínculo com a professora, com a diretora, que tem uma familiaridade com aquela estrutura física ter de sair desse espaço porque ela completou 3 anos e 11 meses, e retornar para uma fila no momento em que a educação é obrigatória. Então, eu acredito que quem votar contra este projeto está votando contra a criança, contra o direito da criança, não só de estar na escola, mas de se constituir como um ser social que se vincula, que tem seus amiguinhos, que tem sua professora de referência. Então, eu gostaria de trazer este ponto de vista para pensar, quem diz defender a criança e a educação, mas ainda pensa em votar contra um projeto que tem toda a proteção à educação e o pensar no desenvolvimento emocional e social da criança, que essa é a base para essa criança se desenvolver e ter um futuro melhor depois. Outro ponto de vista é que a escola privada... Acabou?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Falta um minuto.

SRA. LETÍCIA MELLO: Então, do ponto de vista que a escola prepara para receber essa criança, ela reserva um espaço, ela tem um custo de investimento na estrutura física, na estrutura de pessoal, ela gera emprego porque ela contrata serviços gerais, contrata a cozinheira, que é para atender esse todo, e isso tem que ser pensado também.



E para finalizar, são as duas questões em relação ao que foi trazido aqui. Conselho Municipal de Educação não fiscalizar: ele fiscaliza, sim, eu faço parte. Infelizmente, ele faz hoje uma fiscalização somente da escola privada e não da pública, e nós temos escolas públicas onde o banheiro é usado, o emprestado do CTG, porque aquela escola pública não tem sequer banheiro, e uma escola privada nessa condição é fechada imediatamente. E outra: é ser priorizada a criança da periferia, como se trouxe aqui, é excluir as demais crianças, e isso é um crime. Quando a gente fala de direito da criança, é de todos. Obrigada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, 5 minutos e 20 segundos. Próxima inscrita, diretor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A próxima inscrita é a Sra. Alessandra Moura. (Pausa.) Não está na sala. A próxima seria a Sra. Lisiane Aguirre Gouvea. (Pausa.) Também não está na sala. A próxima seria a Sra. Marcella Bortolon. (Pausa.) Também não está na sala. A próxima seria a Sra. Maribel Nardi. (Pausa.) Também não está na sala.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): E a última? Sra. Grace de Camilis.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, temos um registro aqui de uma pessoa chamada Grace.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não pediu para falar. Então, não tendo mais ninguém para fazer uso da palavra, nem vereadores e nem sociedade civil, passo para os dez minutos finais do Simpa, Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, que solicitou essa audiência pública. E, conforme o combinado, é a Bete Charão que vai falar. É isso, Assis?

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Eu vou falar três minutos, depois a Bete fala sete. Pode ser, Bete?



SRA. ELISABETE CHARÃO: Pode, tranquilo.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Então, primeiro, eu acho que é salutar o debate, acho que o contraditório faz parte da democracia. E nós solicitamos porque eu disse que o Sindicato dos Municipários tem uma responsabilidade, e nós, como instituição, somos procurados por várias outras para fazer o debate. E nós não nos preocupamos só com a questão salarial ou a questão de nossas funções de trabalho, mas também com recursos públicos. Até por que nós temos funcionários que fazem arrecadação para o Município, a Secretaria Municipal da Fazenda, e também os que planejam o orçamento.

Acho que houve um consenso aqui sobre que o papel do CME tem que ser resgatado, não só para fiscalizar, como alguém disse: “Não é só para privada?”. Sim, é para as privadas, mas também para as públicas. Para ver, inclusive, as condições de trabalho. A Sra. Letícia Mello falou que tem muito atestado, mas vamos ver. Então, acho que o Conselho Municipal de Educação tinha que se debruçar, fazer, parece que a senhora é representante, legitimamente, poderia fazer uma turma para ver as condições de trabalho. Alguém que perdeu o poder de compra de 32%; a senhora gostaria de ter perdido quase 33% do poder de compra? Onde condições, como o banheiro não funcionar, ter problema na caixa d'água, ter problema de rachadura no prédio; são as condições das escolas municipais. E dizem: “Ah, estamos fazendo agora...” Agora? Mas quantos anos demoraram? Posso citar escolas como a Presidente João Goulart, até hoje está com banheiro químico, desde a enchente; o refeitório, a porta era aberta, inclusive, as funcionárias não podiam deixar a comida ali, porque se alguém entrar, por trás, poderia roubar a comida. Entende? Chovendo dentro da sala de aula, problemas elétricos. Isso há muito tempo nós estamos denunciando, inclusive, as questões de violência. Eu trabalhei, com muito orgulho, na Bom Jesus, mas muitas vezes nós tínhamos que proteger as crianças, porque a Brigada ia atrás de gente, com helicóptero em cima, e os contra queriam entrar, e nós tínhamos que suspender as aulas. Isso é uma condição de trabalho que



permite... Claro, nós temos uma categoria adoecida, e eu acho que o Conselho Municipal de Educação tem que ser solidário sobre isso.

Eu fiz só dois questionamentos, porque eu acho importante. Eu estudei em escola pública, inclusive na educação infantil, mas minhas filhas eu coloquei, porque eu tive condições e não tinha escola pública, na escola Emilinha, ali, que tinha na São Manuel, com a Veador Porto. Infelizmente, houve uma tragédia familiar e fecharam, mas foi uma excelente escola.

O debate é o seguinte: a questão das vagas. Elas são nas regiões mais periféricas, existe escola que vai atender? Escola privada? Ou, se não, vão ter que ser deslocadas as mães, os alunos vão ter que ser atendidos numa região mais central. Porque a Ver.^a Grazi fez um levantamento, para mim, muito por baixo, que é cento e poucos. A carência mesmo, dados da própria SMED, é quase sete mil...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Três minutos, Assis.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Sim, concluindo. Vai ser dado condição de transporte para essas crianças? E a questão da inclusão, eu não falei, isso foram dados levantados pelo próprio secretário José Paulo, na época, que nós éramos a maior rede de inclusão, pública municipal, porque muitas das escolas do Estado, e mesmo particulares, não queriam aceitar crianças de inclusão com TEA, hidrocefalia, TOC, TDAH e transtorno opositor. Vai ser garantido vaga para essas crianças? Porque eu acho que muitas que estão fora da escola, estão nessa condição, que cada vez, pelo mundo que a gente vive, vai aumentar. Então, esses questionamentos, eu acho que a SMED tem que responder, inclusive reorganizar e empoderar o Conselho Municipal de Educação, que houve aqui um consenso sobre isso. A questão não é sobre a escola privada, a questão é o papel que a SMED tem que fazer, e não empurrar com a barriga e arranjar cada vez... Porque, talvez, se essas questões não forem respondidas, do transporte, das crianças com inclusão, e que a região periférica seja atendida, que é a mais carente, onde tem essa demanda, esse déficit, no ano que vem,



nós vamos estar fazendo esse mesmo debate, e daí, no outro ano que vem, no outro ano que vem, e nós vamos ficar nos repetindo. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Sr. Assis usou 4 minutos e 20 segundos; sobraram para ti um pouco menos de 6; bora, Bete.

SRA. ELISABETE CHARÃO: Então, boa noite, consegui resolver os problemas. Bom, essa audiência é mais do que necessária, depois de uma secretária de educação, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ter sido presa, por todas as notícias de corrupção, por a Secretaria de Educação de Porto Alegre ter aparecido no Fantástico, em rede nacional. Então, é importante, sim, essa questão de onde vai a verba pública, especialmente a verba pública da educação.

Nós estamos assim, e não tem uma definição, no projeto, não tem uma definição de valor. Então fica complicado tu fiscalizar um valor que não é definido. Certo?! Existem duas escolas de educação infantil abandonadas no bairro Lajeado e no bairro Hípica, próximo a Restinga, que, simplesmente, os prédios, as estruturas praticamente prontas e foram abandonados. Seriam prédios que já, no mínimo, há 5 anos, estariam atendendo essa população.

Outra coisa, durante a gestão do secretário José Paulo, foi informada uma listagem de pelo menos 10 escolas infantis que seriam construídas, com locais definidos e, simplesmente – e isso foi muito antes da enchente –, simplesmente acabou, não se ouviu mais falar dessas 10 escolas construídas.

Bom, e para ser bem sincera, não é nem um pouco surpreendente, todas as entidades representantes que falaram a favor do projeto são, justamente, o público que vai receber essa verba. Certo?! E eu não estou aqui julgando o mérito, se o projeto deve ser aprovado ou não. O projeto está aí, ele existe, porque, simplesmente, não houve um planejamento da Secretaria de Educação para que se construísse escolas ou se ampliasse escolas existentes a tempo. Então, sim, é uma questão, um problema de gestão, uma questão de finanças públicas.



Outra coisa que eu achei, assim, desrespeitoso; o porquê a escola pública coloca atestado. Bom, como o Assis comentou, os trabalhadores da educação, assim como todos os trabalhadores da Prefeitura de Porto Alegre, estão com um déficit de 33,40%. O seu trabalhador da sua escola, ele está com um terço do salário defasado? Acredito que não. Então, sim, o nosso gestor está nos devendo isso, por isso, sim, tem uma categoria adoecida, e qualquer trabalhador tem direito a ficar doente, ele não fica doente porque quer.

Outra questão, a questão da educação especial, para mim, é um tema muito chocante, porque eu sou mãe atípica, meu filho foi aluno da rede pública municipal, e eu sei de vários relatos, é notório que, e eu tenho conhecimento disso, que alunos da educação especial têm matrículas negadas na educação privada. Ou seja, os alunos que precisarem dessa compra de vagas e forem o público da educação especial, eles vão ter todos os direitos deles reconhecidos ou não? Ou eles vão ficar para o fim da fila; sabe?! E também essa questão do transporte é muito importante. Como eles vão se locomover? Ou vocês vão me dizer que vocês têm escolas particulares na Restinga, na Bonja, no Lami, no Belém Velho; sabe, são locais que precisam desse atendimento.

Outra questão, o MEC lançou um edital de financiamento para escolas de educação infantil e compra de ônibus escolares. Porém, a Prefeitura de Porto Alegre, até o momento, não se inscreveu, não se cadastrou nesse edital. Eu acho que isso é urgente. Eu entendo, como mãe, como avó, que essas crianças precisam dessa vaga agora, só que se a Prefeitura, a SMED, não fizer absolutamente nada a respeito, daqui a 3, 5, 10 anos vai se continuar com esse projeto, que era para ser uma coisa temporária, que era para resolver um problema temporário, ele se torna permanente. Então, daqui a pouco, uma boa parte da verba de investimento na educação pública de qualidade, ela vai ir para a privada, e a privada vai muito bem, obrigado, com certeza, não tenho dúvidas disso.

Era isso, o Simpa, sim, defende uma escola pública, gratuita, de qualidade, inclusiva para todos e todas as crianças de todos os lugares de Porto Alegre.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, ao todo 9 minutos e 36 segundos. Passo a palavra, neste momento, para a Sra. Geani Droesch, diretora da Secretaria de Educação; dez minutos para as considerações finais.

SRA. GEANI REGINA DROESCHER: Boa noite a todos. Meu nome é Geani, eu sou diretora de planejamento e monitoramento da SMED. O secretário Maurício pediu desculpas, que ele precisou se ausentar, ele tinha uma agenda com o prefeito, então, eu vou fazer essas considerações. Algumas questões que vocês trouxeram, eu tenho aqui para dar o retorno, mas eu vou me deter, eu vou focar exatamente na pauta desta audiência para dar o retorno para vocês. Acho que muito do que foi falado já foi respondido durante as próprias manifestações aqui. Acho que um dos principais motivos que a gente trouxe esse projeto de lei é para garantir realmente o direito das crianças à educação, que é um direito constitucional. Então, a gente sempre coloca que não importa se a criança tem vulnerabilidade, não importa se a criança é rica, se a criança é pobre, todos têm direito à educação. Claro que, sempre que a gente vai olhar os critérios, a gente começa com aquelas crianças que têm maior dificuldade financeira, maior vulnerabilidade, mas o direito à educação é para todos. Então, sim, a gente busca, o nosso maior objetivo é conseguir vaga para todos. Então, esse projeto de lei também visa, como a Karina falou, uma coisa muito importante que a gente vem percebendo, a questão do vínculo. A criança, principalmente as mães, quem é mãe aqui sabe o quanto isso é importante, o quanto tirar uma criança de uma escola, muitas vezes, é traumatizante para a criança, então, isso já vinha sendo debatido há muito tempo aqui na SMED e foi um motivo pelo qual a gente trouxe esse projeto, sim, para manter esse vínculo com a escola. Chega num momento que a gente precisa tirar a criança, ela finaliza a etapa de creche, precisa sair da escola e, muitas vezes, não tem vaga naquela região, então ela fica sem escola, quando realmente precisamos manter a criança... Ela tem o direito à educação e, além de tudo, acaba ficando sem escola, rompe o vínculo, é um trauma para a família e é um trauma para a criança. Esse foi um dos motivos pelo qual



trouxemos esse projeto de lei. Acho que é indiscutível a importância desse projeto ser aprovado.

Bom, concordamos também com a importância das ampliações da rede pública, com certeza, a gente nunca foi contra... O fato de trazer um projeto de lei que amplia as vagas nas escolas privadas não inviabiliza a ampliação das vagas na rede pública, tem criança para todos. A gente costuma dizer que tem criança para todos. Só no mês de fevereiro, nós já ampliamos 370 vagas em escolas comunitárias; mês de março e abril, já estamos tramitando mais 153 ampliações, vagas ampliadas na rede comunitária. Abrimos duas escolas novas na rede comunitária e temos mais quatro em processo de abertura de escolas novas também na rede comunitária. Então, a gente não está não investindo nessa parceria. A nossa intenção é realmente ampliar por todos os lados.

Bom, quanto à questão dos bairros, como vocês colocaram, nós abrimos um edital de credenciamento para que todas as escolas que queiram se credenciar possam se credenciar, e nós já temos 58 escolas credenciadas em todas as regiões de Porto Alegre, desde o Sarandi até a Restinga. Nós temos muitas escolas, inclusive na Restinga, Rubem Berta, então nós estamos buscando o maior número de escolas credenciadas para conseguir atender o máximo de crianças possível. O que mais?

A educação especial, sim, é uma preocupação nossa também, por isso que a gente abriu um edital e se preocupa com essas questões para que as escolas de educação, as escolas privadas tenham condições de atender essas crianças com qualidade. Então, quem puder olhar o edital, ler o edital vai ver que existe uma cláusula específica para isso, tratando da educação especial, das crianças que têm necessidades especiais.

Quanto ao transporte, sim, nós temos hoje garantido o transporte para crianças que têm vaga em escolas com mais de um quilômetro de distância na educação infantil. O transporte é garantido para a criança e para o responsável, através do programa Vou à Escola, então, todas essas questões eu acho que estão sendo respondidas aqui. O que mais...



VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Não esquece de falar sobre o Conselho Municipal, por favor, diretora.

SRA. GEANI REGINA DROESCHER: Como?

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Aqui é a Ver.^a Grazi, desculpa. Não esquece de falar sobre o Conselho Municipal de Educação.

SRA. GEANI REGINA DROESCHER: Bom, como eu disse para vocês, eu também sou membro do conselho. O Conselho Municipal de Educação tem uma função fiscalizadora, na verdade, e acho que não tem nem o que falar do conselho, porque ele tem que fiscalizar, tem que estar nas escolas e ele faz esse trabalho. Acho que todas as escolas têm que ter o acompanhamento do Conselho Municipal, e nós temos escolas boas e escolas ruins, tanto na rede privada quanto na rede própria. Nós, aqui na Secretaria Municipal de Educação, recebemos vários ofícios do conselho, solicitando e indicando visitas que eles fizeram, em todas as instâncias, principalmente, mais realmente nas escolas privadas, mas também em escolas comunitárias, fazem visitas, nos trazem apontamentos que a gente precisa cumprir. Então tem, sim, essa fiscalização, e como membro do conselho, eu também indico isso, acho que não tem dúvida quanto a isso.

Quanto ao valor, que vocês comentaram ali, que não tem no edital, realmente, um projeto de lei não vai ter valor, eu não vou poder engessar um valor num projeto de lei, que não é uma coisa para hoje, o projeto de lei é uma coisa que vai normatizar para hoje, para amanhã e para o ano que vem. Agora, se vocês olharem no edital, o edital tem o valor. As escolas assinam um contrato que tem o valor. Então, quem for fiscalizar é só pegar o edital, é só olhar os contratos, ali tem os valores.

Acho que são essas questões. A gente agradece muito a todos os presentes, agradecemos todas as considerações, tudo o que foi dito a gente anotou aqui, são apontamentos importantes, são todas essas questões que a gente está



considerando agora, são questões que foram construídas ao longo de dois anos de credenciamento. Porque a compra de vagas não se dá de forma leviana, ela se dá através de um edital de credenciamento que tem critérios, tem critérios de credenciamento, gera um contrato com obrigações de ambas as partes. Então, acho que isso é importante que todos saibam. Não é uma compra de vaga simplesmente, a gente não vai simplesmente comprar uma vaga e pagar essa vaga de qualquer maneira. Para a gente pagar essa vaga, a gente tem um contrato, e a escola tem que cumprir com as suas obrigações. Existe também uma fiscalização, tem um fiscal de contrato, tem um fiscal de serviço que vai olhar se tudo está sendo cumprido. Então, finalizando novamente, eu agradeço muito a participação de todos, agradeço a condução da Ver.^a Comandante Nádia, e nós temos a certeza de que todos vão entender a importância desse projeto de lei para toda a sociedade de Porto Alegre. Estamos confiantes de que isso vai ser aprovado, porque é pelo bem das crianças, em primeiro lugar, não é pelo bem da secretaria, não é pelo bem da diretora da escola privada, em primeiro lugar é pelo bem das crianças, e, em segundo lugar, pelo bem das famílias. Acho que antes de qualquer coisa a gente tem que pensar nas crianças. Acho que é isso da nossa parte.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, diretora, 9 minutos e 30 segundos, bem certo. Sim, Ver.^a Grazi.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Eu não fiz a pergunta para a Secretaria de Educação sobre fiscalização, ela não respondeu. Eu fiz a pergunta sobre credenciamento, porque o que me preocupa... Eu quero votar tranquila no projeto. A minha pergunta foi sobre o papel do Conselho Municipal que é de credenciar. A Prefeitura pode pedir, exigir as documentações, fazer os critérios, beleza, mas nós vivemos num sistema, e no sistema de educação é obrigação do conselho credenciar. A minha pergunta é: essas escolas precisam estar credenciadas no conselho, como é que vai ser com o conselho? Porque é real, ela é do conselho, ela sabe que o conselho está há três anos sem sede, o



pessoal está pedindo já faz não sei quanto tempo. Eu preciso ter segurança de poder chegar lá no plenário e dizer: “Bom, a Prefeitura se comprometeu e vai mudar a realidade do Conselho Municipal de Educação”, porque esse é o órgão que credencia, não é a Prefeitura que credencia.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora, eu acho que essa parte não está no projeto, porque ela é regulamentação, assim como o valor das compras de vaga, e eu também gostaria de que o conselho fosse parceiro e fizesse esse credenciamento para todas as escolas e não o fizesse apenas para algumas que eu tenho observado que tem. Essa vai ser uma boa discussão no plenário.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Tem que ter um mutirão aí para fazer um credenciamento.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): É isso aí, eu quero o conselho credenciando todas e não fazendo seleção. Mas eu acho que conseguimos completar mais uma audiência pública no dia de hoje, quero agradecer a todos que estiveram presentes, ao Simpa, à Secretaria de Educação do Município, à sociedade civil, aos vereadores que participaram. A partir de segunda-feira o projeto de lei sobre compra de vagas estará pronto para a votação, vou colocar o quanto antes para ele ser votado, porque o ano letivo já iniciou e temos crianças que precisam estar na educação infantil, bem como as suas mães, os seus pais, as famílias. E a gente sabe que depois de aprovado ainda passa por um rito aqui na Casa, vai para a Prefeitura para ser sancionado e depois ser feita a regulamentação para daí abrir o edital. Então, nós temos uma caminhada bem grande, coisa que já poderia estar sendo aprovada bem antes. Mas nós vamos... Esse é o projeto de lei da criação de vagas, Assis, esse é o projeto de lei da criação de vagas que nós estamos fazendo, Assis, que é do Simpa. Ok, gente? Agradeço a todos e nós vamos trabalhar muito fortemente nesse projeto. Muito obrigada, boa noite e um bom descanso a todos.



Estão encerrados os trabalhos desta audiência pública.

(Encerra-se a audiência pública às 19h44min.)